

TRABALHO, GÊNERO E EDUCAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES AUTOGERIDAS
WORK, GENDER AND EDUCATION IN THE SELF-MANAGED ORGANIZATIONS

Neusa Maria DAL RI¹
Candido Giraldez VIEITEZ²

RESUMO: este artigo tem como objetivo discutir a situação profissional e educacional da mulher em organizações econômicas autogestionárias. Para atingir esse intento, focalizamos a inserção da mulher na formação e evolução do mercado de trabalho assalariado. Após, e por contraste, focalizamos a sua situação enquanto trabalhadora associada em cooperativas e empresas de autogestão, procurando mostrar que essas organizações são portadoras de elementos de democratização do poder. Derivadas dessa situação de classe e profissional, decorrem ações educativas que têm a propriedade de promover um movimento relativo de re-socialização da mulher no sentido de superação de sua tradicional subalternidade profissional e social. Os dados apresentados e discutidos aqui derivam de pesquisas empíricas realizadas em organizações econômicas autogestionárias que se encontram localizadas em diversos Estados do país.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; autogestão; educação; trabalho.

INTRODUÇÃO

No fim dos anos de 1960 e início da década seguinte, o movimento social, particularmente na Europa, foi acometido por acontecimentos insólitos. Uma onda de agitação estudantil que emergiu na França propagou-se por outros países da Europa e de outros Continentes; greves *selvagens*, que irromperam na esteira das agitações estudantis atropelando a sedimentada prática sindical de acordos coletivos, expuseram o inconformismo dos operários com a estrutura de poder vigente nas fábricas; a questão ecológica passou a impulsionar várias organizações sociais; os trabalhadores de vários setores dos serviços e do setor público organizaram seus sindicatos e passaram a integrar as lutas trabalhistas; a luta contra a subordinação social da mulher ganhou vulto. Em suma, entraram em cena temas, fenômenos, organizações e movimentos que ou não estavam presentes na sociedade ou tinham nela uma posição excêntrica.

Enquanto esses novos acontecimentos despontavam a partir do centro da ordem capitalista, nos países socialistas os problemas se acumulavam. O relatório de Kruschchev, de 1956, denunciando o stalinismo tinha causado

¹ Professora Assistente Doutora do Departamento de Administração e Supervisão Escolar, Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus de Marília e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia.

² Professor Assistente Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Campus de Marília e Coordenador do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia.

comoção dentro e fora da esfera socialista. A invasão da Tchecoslováquia pelas forças do Pacto de Varsóvia lideradas pela URSS, em 1968, surpreendeu o mundo mostrando que o stalinismo não havia sido superado, como também eram crescentes as contradições sociais que afligiam os países socialistas.

Essas duas ordens de acontecimentos, aparentemente tão díspares, desafiaram a capacidade explicativa da teoria social que se encontrava implicada com questões sobre a emancipação dos trabalhadores.

A evolução dos países socialistas vinha desafiando a capacidade de explicação da teoria social desde os primeiros anos da Revolução de outubro, em 1917. Da mesma forma, os fenômenos emergentes no Ocidente, que adquiriram visibilidade a partir do fim dos anos sessenta, encaixavam-se mal nas interpretações usuais e dominantes.

Nesse contexto de dificuldades teóricas e práticas, os pesquisadores trataram de buscar novos caminhos explicativos. Nessa busca, a questão do *poder* parece ter concentrado as atenções de uma parte de cientistas sociais.

O tema do poder tem sido estudado sob várias óticas e tendo como objetos não apenas o Estado, mas os trabalhadores, os movimentos sociais, as questões de gênero, entre outros.

Analisando o pensamento e a obra de Lenin, no âmbito da trajetória da revolução de outubro, Gruppi (1977) verifica que a questão do poder foi fundamental na evolução da URSS. Constata, como Lenin já o havia feito, que na URSS os trabalhadores não conseguiram integrar diretamente o poder soviético, nem ao menos naquela que seria, aparentemente, a sua instância mais típica, a do Estado Operário.

Mas, para Gruppi (1977, p. 249), o exercício do poder pelos trabalhadores não deve restringir-se à esfera do Estado, mas estender-se a todas as esferas da vida social, particularmente à do mundo do trabalho.

Ele nota que a sociedade soviética, com a contribuição do próprio Lenin, seguiu em direção inversa à preconizada. Porém, atribui as dificuldades não a um determinado viés teórico e ou ideológico, mas aos obstáculos específicos com os quais se debatia a Revolução.

As condições sociais nas quais se desenrolou a Revolução colocaram a ela dificuldades extraordinárias. Entretanto, examinando-se as orientações políticas do Partido Bolchevique nos primeiros anos da Revolução, quando se determinou em grande parte o curso dos acontecimentos, observa-se que Lenin deixara de considerar o potencial democrático e socialista aportado pelo movimento dos conselhos de fábrica que reivindicava a gestão das fábricas.

Bettelheim (1979, p. 440) julga que o pensamento de Lenin evoluiu em relação às posições tomadas no início da Revolução. Isso se manifestou nos seus escritos derradeiros, no contexto de implementação da

Nova Política Econômica (NEP), quando passou a valorizar a autonomia dos trabalhadores nas organizações econômicas e a re-valorizar o papel das cooperativas de trabalhadores, as quais haviam sido relegadas à obscuridade, pois o Partido e o Estado adotaram o controle das fábricas e fazendas.

Lenin não teve tempo para tentar colocar em prática suas novas idéias. Contudo, escrevendo no interior do torvelinho da revolução, deixou indicado que a questão do poder do proletariado não estava sendo encaminhada corretamente.

Mendel e Vogt (1975), pesquisadores que se colocaram a questão do poder de um ângulo pouco ortodoxo, tomaram como pressuposto que os conhecimentos herdados de Marx e Engels sobre a temática são insuficientes. Esses últimos autores não teriam podido elaborar uma teoria completa do poder porque, na época deles, a ciência social encontrava-se pouco amadurecida, particularmente nas áreas da antropologia e da psicologia. Porém, os novos conhecimentos aportados possibilitariam um novo enfoque do fenômeno do poder.

Para Mendel e Vogt (1975), o poder, isto é, a dominação, transcende as instâncias do Estado e as das relações de produção. Antes de tudo, a dominação apresenta-se como um acontecimento atinente à *reprodução humana*. Portanto, como um fenômeno social elementar ou básico que se dá por meio da *socialização primária*, por meio da educação. Nesse processo, a criança e a mulher emergem na história humana, respectivamente, como *infante* - ser imaturo-, e ser *subalterno*, ambos submetidos à supremacia masculina.

A formação das sociedades de classes exacerbou a dominação masculina sobre as mulheres e crianças e acrescentou outras subordinações a essa forma básica. Entretanto, essas formações sociais não foram responsáveis, em primeira mão, pelo fenômeno, já que ele remonta aos primórdios da humanidade, tendo transfixado os mais diversos modos de produção e tipos de sociedades.

Dada a ampla transcendência social da dominação, defendem Mendel e Vogt (1975) a idéia de que a socialização dos meios de produção, ainda que imprescindível, bem como a socialização do poder entre os trabalhadores, não são suficientes para erradicar o fenômeno. Isso só será possível quando a democratização radical da sociedade incida sobre o processo de socialização primária, além de contemplar as instâncias do Estado, do trabalho e da cidadania.

Godelier (1980), outro investigador que também se preocupou com a questão do poder em sua manifestação de gênero, afirma que a dominação da mulher pelo homem ultrapassa o âmbito da sociedade capitalista e mesmo o das sociedades de classes.

Embora tenham existido sociedades matrilineares nas quais as mulheres, ou pelo menos uma parte delas, fossem muito autônomas, observa

que, mesmo nessas, é possível detectar uma supremacia masculina. “[...] nos propomos a aceitar provisoriamente a hipótese de que, em todas sociedades, mesmo nas mais igualitárias, existe uma hierarquia de poderes, dos quais os poderes finais pertencem aos homens.” (GODELIER, 1980, p. 20)

A preocupação renovada da ciência social com as questões relativas ao poder, na medida em que essas implicavam imediatamente tanto o Oriente quanto o Ocidente, não foram de balde.

Em 1991 a URSS e sua propalada *ditadura do proletariado*, chegaram ao fim deixando um rastro devastador entre as forças políticas e sociais que convivem com a propositura de livrar os homens das alienações vigentes.

Entretentes, no capitalismo, o movimento contestador da ordem não seguiu a evolução imaginada por tantos. O movimento estudantil arrefeceu. O movimento operário e popular, sofrendo o impacto da reestruturação produtiva, do desemprego, da nova configuração de divisão internacional do trabalho posto pela economia-mundo e da crise de identidade, em parte suscitada pela ruína da URSS, viu-se às voltas com a necessidade de sustentar, na defensiva, um contra-ataque burguês de estatura histórica.

O fato de que a luta de classes não tenha evoluído segundo o padrão conhecido não significa, porém, que ela tenha acabado. As novas formas de manifestação do dissenso emparelharam-se às manifestações usuais.

A respeito dessa discussão, destacam-se os trabalhos de Hardt e Negri (2001) e de Lazzarato e Negri (2001) nos quais os autores defendem a idéia da emergência de um novo fenômeno, o qual demonstra que os trabalhadores estariam confrontando-se com o poder do capital. Os autores sustentam que, nas últimas décadas, por causa do desenvolvimento das forças produtivas e da abrangência que vai tomando o trabalho imaterial, vive-se um processo expansivo de autonomização do trabalho. Esse processo apresenta manifestações variadas, tais como empresas individuais, trabalho cooperado, artesanato, pequenas empresas, trabalho em rede, entre outras. Se esse processo, por um lado, renova e até intensifica a exploração, por outro lado, denota uma situação sócio-econômica inexistente anteriormente, a qual oferece possibilidades inauditas para que os trabalhadores lutem pela (des)alienação do trabalho e contra o poder despótico do capital.

Essas colocações demandam o resgate reflexivo de uma das primeiras formas de autonomização do trabalho, as cooperativas de trabalhadores surgidas em princípio do século XIX e que foram objeto de polêmicas e apreciação, inclusive por parte de Marx e Engels.

Marx e Engels viram com simpatia as cooperativas, entendendo que elas representavam um movimento de resistência democrático dos trabalhadores à exploração e domínio do capital. Contudo, eles julgaram que o

desenvolvimento dessas organizações não poderia ser o método de transformação da ordem social, entre outras razões, porque as cooperativas não conseguiriam concorrer com a capacidade de expansão do capital e nem poderiam ir além da propriedade privada e da produção de mercadorias.³

Assim, a questão fundamental, para esses autores, dadas as características da ordem social à época, não estava posta pelas cooperativas ou outras formas de trabalho autônomo, mas, sim, pela tomada do poder do Estado como uma premissa para as transformações subsequentes. Não foi outra a posição de Lenin. Nos textos referidos por Bettelheim (1979), Lenin, tardiamente, considera como muito importante a função das cooperativas para a construção da nova sociedade, porém segundo o pressuposto de que *os trabalhadores na URSS já haviam chegado ao poder*.

O tempo parece ter dado razão a Marx, Engels e Lenin. As lutas históricas dos trabalhadores, engendrando reformas ou revoluções, mudaram profundamente o cenário social, inclusive no interior do próprio capitalismo. No entanto, passados 85 anos da instauração do socialismo na Rússia, constata-se que a Revolução pioneira não pôde sustentar-se; as que restam acenam com um futuro incerto; e a burguesia ameaça as reformas que o movimento social conquistou. Por sua vez, as cooperativas de trabalhadores subsistem desde o seu surgimento no século retrasado. Porém, desenvolveram-se lentamente, não apresentaram demasiadas conseqüências para a evolução do capital e, provavelmente, pouca ou nenhuma para a transformação revolucionária da ordem social.

De qualquer modo, dentre os tantos acontecimentos novos que começam a emergir nos anos setenta, encontra-se o excepcional crescimento das cooperativas de trabalhadores. O vigoroso impulso para a difusão dessas organizações vem sendo relacionado com a hipotética tendência ao estabelecimento de um padrão de desemprego crônico e crescente. Por si só, esta característica significa algo novo e importante na ordem social. Acontecimento tão ou mais instigante que esse, no entanto, está sugerido pela hipótese colocada por Hardt e Negri (2001) e Lazzarato e Negri (2001). Se o aventado processo de autonomização do trabalho tiver fundamento, o atual contexto de expansão dessas organizações é completamente distinto daquele que existiu nos séculos XIX e XX. Isso quer dizer que o processo de expansão e o próprio significado dessas organizações seriam diferentes dos do passado, uma vez que a sua propensão à autonomização do trabalho estaria agora sendo impulsionada, sem limites, pelo movimento do capitalismo expandido. O processo de autonomização, integrado pelas cooperativas, constituir-se-ia,

³ A esse respeito ver Marx, K. Manifiesto del Consejo General de la Asociación Internacional de los Trabajadores sobre la Guerra Civil en Francia en 1871. In: MARX, ENGELS, LENIN. *La Comuna de París*. Madrid: Revolucion, 1980 e Vasina, L.; Vasin, Y. U. *Acerca de la obra de C. Marx "Crítica del Programa de Gotha"*. Moscú: Progreso, 1988.

assim, num dos fenômenos democrático e socialista mais importante dos tempos atuais, uma vez que ele tenderia a subverter orgânica e universalmente o poder do capital a partir do seu próprio cerne, ou seja, das relações de produção.

A simples apresentação dessa hipótese recomenda a conveniência de se re-visitarem as interpretações originárias a respeito das cooperativas de trabalhadores munidos de novas questões. Apresentariam as cooperativas de hoje um potencial de mudança social, socialista e democrático, que não pôde ser apreendido anteriormente? Poderia esse potencial estar presente mesmo antes da tomada do poder do Estado pelos trabalhadores? Acreditamos que a resposta convincente a essas questões só poderá ser obtida com a evolução da sociedade e com o avanço das pesquisas.

Em todo caso, gostaríamos de acrescentar ao debate informações que consideramos pertinentes desde já.

No transcorrer do texto ficou indicado que os fenômenos relativos ao poder e à dominação desdobram-se pela sociedade por muitas instâncias. Dentre essas, as relativas à reprodução - implicando a dominação das mulheres e crianças -, encontram-se possivelmente entre as mais primordiais.

No escopo deste artigo, contudo, nos limitaremos à esfera das relações de produção, procurando iluminar aspectos básicos da trajetória educacional e profissional da mulher. Primeiro, focalizando a sua inserção na formação e evolução do mercado de trabalho assalariado. Depois, e por contraste, focalizando a sua situação enquanto trabalhadora associada em cooperativas e empresas de autogestão, procurando mostrar que: 1) as cooperativas e empresas autogestionárias são portadoras de elementos de democratização do poder, pelo menos quando consideradas de modo endógeno; 2) embora a discriminação da mulher não desapareça, observa-se que nessas organizações as relações de trabalho, sobretudo quando comparadas com as vigentes na empresa tradicional, aparecem como mais equânimes ou igualitárias; 3) dessa situação de classe e profissional, decorrem ações educativas que têm a propriedade de promover um movimento relativo de re-socialização da mulher no sentido de superação de sua tradicional subalternidade profissional e social.

Os resultados apresentados estão baseados em uma pesquisa, financiada pela Finep, e realizada com dezenove empresas e cooperativas de autogestão (EAs), e num survey, realizado no início de 2002, junto a doze EAs. As empresas dessas amostras pertencem a diversos ramos de atividades, tais como panificação, confecção, têxtil, metal-mecânica, cristal, entre outros, e encontram-se situadas em vários Estados do Brasil.

ANTECEDENTES DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO ASSALARIADO

Os séculos XVI e XVII foram marcados por muitas mudanças religiosas, ideológicas e políticas. Foi o período da Reforma protestante e da

Contra-Reforma católica que introduziram idéias sobre a família, o casamento, a moralidade pública e privada e o valor de certas ocupações.

Naquela época havia nas cidades mais mulheres do que homens e era grande o número das solteiras e viúvas. As autoridades civis e religiosas viam esse fato como um grave problema e toleravam com relutância que essas mulheres exercessem tarefas mal remuneradas ou se ocupassem do comércio para sobreviverem.

Desde o século XV, a situação das mulheres independentes era vista pelas autoridades como um problema de moralidade pública. A família aparecia como a instituição de controle por excelência, e os homens chefes de família, como as pessoas indicadas para exercer esse controle. As mulheres independentes acabaram, assim, por ser englobadas em outras categorias marginais e consideradas suspeitas. Essa hostilidade foi exacerbada pela ênfase dada pelos protestantes ao casamento como vocação natural da mulher. A igreja católica, por outro lado, foi desenvolvendo várias noções, em nível popular e acadêmico, sobre a natureza feminina e o papel da mulher na sociedade.

O debate entre teólogos, e outros eruditos, sobre o caráter e a natureza feminina iniciou-se no fim da Idade Média. Idéias gerais sobre a mulher, suas virtudes e vícios foram desenvolvidos nesse período tanto por pregadores religiosos e moralistas como por humanistas e autores de sátiras populares. (Tosi, 1991)

Grande parte dessas concepções insistia em apresentar a incapacidade de raciocínio e a sexualidade incontrolável como características do gênero feminino. O apetite sexual das mulheres, dizia-se, aumentava com a idade, razão pela qual as mais velhas, viúvas ou solteiras eram sedutoras potenciais, prontas a lançar mão de qualquer ardil para satisfazer sua concupiscência. Daí provinha sua disposição a se tornarem bruxas, pactuando com o diabo.

Nessas ideologias, a prática sexual, em se tratando de mulheres, só se justificava plenamente quando voltada para fins exclusivamente

⁴ Na sociedade feudal, a atmosfera sócio-cultural estava dominada pela religião cristã que tinha como uma de suas referências a Bíblia. Nesse texto, fundamental para a cultura dos povos ocidentais, a mulher aparece em situação de nítida inferioridade social. "Se no Velho Testamento somente a mulher é considerada como o fundamento da vida, o homem se vinga ao converter-se no único fundamento da Lei. Nas genealogias que revelam as famílias, só o seu nome aparece. A esposa é considerada como a possessão mais importante depois de sua casa e um pouco antes de seus servos, seu boi e seu jumento". (Êxodo: 20) (DUMAS, 1967, p. 99) "A queda (o pecado) não se constitui na atração entre Adão e Eva, mas na destruição de suas relações. Em cada época a distorção das relações sexuais assume formas diferentes. Por exemplo, no Velho Testamento, como vimos, se descreve uma destas formas: a vida separada da Lei. O Novo Testamento está escrito sobre o *background* de uma outra classe de distorção: o homem como a 'cabeça', divorciado da mulher que se lhe submetia em tudo." (DUMAS, 1967, p. 111, grifo do autor)

reprodutivos. A maternidade era (é) extremamente valorizada em toda doutrina cristã.⁵

Contudo, essa visão desfavorável à mulher era muito mais antiga e não se limitava às ideologias religiosas da época.

Com frequência, ao longo dos séculos, os que detinham o saber científico e filosófico olharam com desdém qualquer participação feminina na atividade intelectual, bem como em outras atividades estratégicas da sociedade. Outras vezes, suas reações foram motivadas pelo receio diante do poder que o acesso ao conhecimento poderia conferir às mulheres. Acabou por se formar, assim, uma categoria de cientistas e filósofos *especializados* em justificar ou até estimular a sujeição da mulher à tirania da família, do Estado e da religião. (Tosi, 1991) Servindo-se de argumentos pretensamente racionais, definiram a *natureza feminina*, demonstraram a inferioridade intelectual da mulher e fundamentaram a noção da inelutabilidade de seu destino *biológico*: procriar, permanecendo confinada ao lar e na dependência dos homens.

As discriminações e a subordinação da mulher manifestavam-se também no âmbito do trabalho.

Na alta Idade Média, havia uma divisão do trabalho menos díspar entre os homens e as mulheres, mas, aos poucos, as tarefas foram sendo divididas segundo o gênero, e lá pelo fim dessa Era, o *status* funcional de cada um estava diferenciado.

Essa crescente separação entre tarefas masculinas e femininas foi conseqüência não apenas de mudanças econômicas e políticas, mas também da preocupação com a ordem pública, a propriedade e o decoro, firmando-se a família patriarcal como um agente importante de controle na ordem social. As autoridades das cidades passaram a proibir às mulheres o exercício de atividades que implicassem a supervisão de tarefas realizadas por homens, ou que se realizassem fora de casa, ou ainda que lhes garantissem independência econômica.

Assim, por razões ideológicas, o serviço doméstico passou a ser considerado a ocupação ideal das mulheres, ainda que muitas delas continuassem trabalhando na produção de bens (manufatura familiar) ou no comércio. Mesmo neste caso, as tarefas desempenhadas por mulheres exigiam menor formação profissional e menor responsabilidade, podiam ser realizadas em tempo parcial e eram mal remuneradas. Muitos homens eram igualmente

carentes de formação e mal remunerados, mas faziam questão de distinguir seu trabalho do trabalho de mulher.

As tarefas domésticas, assim, não foram desvalorizadas por serem mal remuneradas, foram mal remuneradas por serem trabalho de mulher.⁷ As atividades mais prestigiosas, independentes e lucrativas, como as religiosas, militares e mercantis, assim como os ofícios e artesanato, constituíam privilégio do gênero masculino.

O campo educacional e cultural, refletindo essa estrutura, era igualmente restritivo para a mulher.

Refugiadas na família, as mulheres das classes médias não tinham nem mesmo a compensação do reconhecimento de suas produções científicas ou artísticas. Perderam todos os seus direitos sobre essa produção, pois aquelas que tinham gênio científico ou literário trabalharam em casa para seus pais, irmãos ou maridos.[...] As mulheres pintoras ou musicistas geralmente assinavam suas obras com o nome de seus maridos ou irmãos. (MICHEL, 1982, p.36)

Anna Marrie Van Shurman (1607-1678), a 'Safo da Holanda', escondia-se atrás de uma cortina para escutar as conferências na universidade de Utrecht; conhecia dez línguas. (MICHEL, 1982, p.41)

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

No âmbito do que pretendemos mostrar neste artigo, assinalamos como um acontecimento básico na emergência da sociedade moderna, bem como para a condição profissional da mulher nesta, a formação do mercado de trabalho assalariado industrial, o qual, nos países centrais, estendeu-se pelos séculos XVIII e XIX.

Nos esforços deliberados que muitas vezes a burguesia realizou para atrair mão de obra dos setores tradicionais para o mercado de trabalho, não vacilou em atropelar interesses e valores estabelecidos. Contudo, freqüentemente, ela teve que operar com os elementos dispostos pela economia rural, o artesanato gremial e a manufatura domiciliar.

Imersas nessa atmosfera social e familiar patriarcal, as mulheres são liberadas para o mercado capitalista apenas quando isso se torna uma medida de sobrevivência pessoal e ou do modo de vida patriarcal em desagregação.

⁷ A produção doméstica é, aliás, apenas um aspecto da produção não-mercantil das mulheres. Na época em que os pequenos proprietários (artesãos, comerciantes etc.) eram mais numerosos do que os operários, os primeiros só podiam sobreviver e resistir à concorrência utilizando a ajuda não-remunerada da esposa na oficina artesanal ou na loja onde vendiam suas mercadorias. "Foi nessas condições que a ideologia da mulher no lar atingiu seu apogeu, pois todo mundo ganhava ou acreditava ganhar: os patrões que criavam uma mão-de-obra de reserva, os pequenos proprietários que tinham mão-de-obra gratuita sob a forma de ajuda familiar, os operários que temiam a concorrência [das mulheres nas fábricas]. Compreende-se portanto que, se a discussão sobre trabalho feminino começou no século XVI, foi no século XIX que a oposição a ele atingiu a unanimidade." (MICHEL, 1982, p. 52)

⁵ Ser mãe, no entanto, ao contrário do que dissemina essa ideologia, é uma noção culturalmente construída que envolve muito mais do que o simples ato biológico da reprodução e está relacionada ao espaço que a mulher ocupa na estrutura social e familiar.

⁶ Filósofos ou filósofos-médicos como Platão, Rousseau, Cabanis, entre outros, viam as mulheres como seres fúteis, com a sexualidade exacerbada, incapazes de compreender filosofia ou ciência, e cuja saúde e beleza estavam indissolúvelmente ligadas à sua função de procriação.

Nos EUA, país que tomaremos como referência de evolução do mercado de trabalho, e que simbolizava o Novo Mundo, no fim do século XVIII, havia uma pequena parcela da população adulta feminina trabalhando fora de casa.

“A penúria da agricultura de New England, unida à natureza patriarcal das famílias granjeiras, introduziu numerosas ‘moças das granjas ianquis’ na reserva de mão de obra assalariada.” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1986, p. 93)

Que a nova população trabalhadora estivesse composta por mulheres solteiras não foi apenas o produto da dinâmica do capitalismo emergente; derivava também do sistema de produção patriarcal das famílias de New England, e especialmente da função que as mulheres solteiras desempenhavam nesse sistema. (GORDON, EDWARDS, REICH, 1986, p. 97)

Os empreendedores capitalistas, interessados em mão de obra assalariada, por um lado, encontraram um limite nessas determinações. Por outro, utilizaram essas determinações para diminuir custos com a mão de obra, dividir os trabalhadores e reproduzir os valores de supremacia masculina que herdaram com gosto da formação social anterior, numa palavra, reiterar a dominação de classe e masculina sob uma outra forma. “Frequentemente o trabalho feminino estava ligado ao emprego de crianças de ambos os sexos.” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1986, p.94)

Configurado o mercado de trabalho assalariado nos países do centro do sistema, por volta de fins do século retrasado, com relação à situação da mulher observa-se que: 1) constitui um contingente de força-de-trabalho minoritário; 2) os seus salários estão muito aquém dos masculinos; 3) o trabalho feminino é também frequentemente trabalho infantil; 4) as profissões artesanais e os ofícios qualificados são praticamente apanágio dos homens; 5) as possibilidades de expansão da participação no mercado são restritas; 6) as possibilidades de desenvolvimento profissional não existem ou estão muito aquém das possibilidades masculinas; 7) em decorrência dessa inserção elíptica no mercado, a educação geral e profissional também se mantém abaixo do padrão masculino, ainda que não seja esse o único fator condicionante.

O período seguinte, que vai do fim do século XIX à Segunda Guerra mundial, foi trespassado por duas guerras mundiais, uma longa depressão econômica em 1930, insurgência operária e a revolução soviética, entre outros acontecimentos.

Em meio a esses eventos, o capitalismo desenvolveu-se e adquiriu outra feição. Fusões reuniram grandes conglomerados econômicos. Grandes plantas industriais, ocupando milhares de trabalhadores, surgiram ao lado das pequenas e médias empresas. Essas grandes plantas, representando grandes

companhias e concentrações de capital, buscaram as vantagens monopolistas. As fábricas, notadamente as grandes estruturas, agregaram novas máquinas e equipamentos e, também, desenvolveram novos sistemas de organização da produção e de gestão, dentre os quais destacaram-se o *taylorismo* e o *fordismo*. A classe trabalhadora industrial expandiu-se rapidamente. O trabalho industrial prosseguiu degradando-se na proporção em que as máquinas ferramentas, com graus variados de automação, permitiam a substituição crescente de trabalhadores qualificados por trabalhadores com pequena qualificação ou mesmo sem qualificação profissional alguma.

Essa característica do mercado, que suscitou o surgimento de uma massa operária escassamente educada, não favoreceu as mulheres tradicionalmente imersas na atmosfera cultural e social da família patriarcal.

Com a expansão do mercado, e tendo-se em vista a época anterior, a participação da mulher também se expandiu. “Cada vez era maior o número de mulheres que pertenciam à população assalariada. As taxas de atividade feminina passaram de 17,4 por 100 em 1890 a 22 por 100 em 1930.” (GORDON, EDWARDS, REICH, 1986, p. 197)

Contudo, a taxa de participação nesse segundo período manteve-se em geral estável, como o ilustra a Tabela 1.

TABELA 1 - Taxas de atividade das pessoas com mais de 14 anos, por sexos, 1900-70.

| ANO | TOTAL | HOMENS (%) | MULHERES (%) |
|------|-------------|-------------|--------------|
| 1900 | 54,8 (100)a | 87,3 (100)a | 20,4 (100)a |
| 1910 | 55,7 (102) | 86,3 (99) | 22,8 (112) |
| 1920 | 55,6 (102) | 86,5 (99) | 23,3 (114) |
| 1930 | 54,6 (100) | 84,1 (96) | 24,3 (119) |
| 1940 | 52,2 (95) | 79,0 (91) | 25,4 (125) |
| 1950 | 53,4 (98) | 79,0 (91) | 28,6 (140) |
| 1960 | 55,3 (101) | 77,4 (89) | 34,5 (169) |
| 1970 | 55,8 (102) | 73,0 (84) | 39,9 (196) |

Fonte: DUNLOP, GALERSON (1985, p. 22)

A participação no mercado, praticamente estável até a Segunda Guerra, indica que as mulheres, não obstante as transformações políticas, econômicas e sociais do período, continuaram limitadas por suas funções e *status* no âmbito da família. Isso revela que, passados dois séculos de desenvolvimento capitalista, eram ainda as solteiras, viúvas ou divorciadas que estavam mais presentes no mercado de trabalho (Tabela 2).

⁸ Todas as traduções do espanhol que contém este artigo foram realizadas pelos autores.

TABELA 2- Taxas de atividade das mulheres com mais de 16 anos, por estado civil, 1900-70.

| Ano | total de mulheres (%) | solteiras (%) | viúvas e divorc. (%) | casadas (%) |
|------|-----------------------|---------------|----------------------|-------------|
| 1900 | 20,6 (100)a | 45,9 (100)a | 32,5 (100)a | 5,6 (100)a |
| 1910 | 25,5 (124) | 54,0 (118) | 34,1 (105) | 10,7 (191) |
| 1920 | 24,0 (117) | - | - | 9,0 (161) |
| 1930 | 25,3 (123) | 55,2 (120) | 34,4 (106) | 11,7 (209) |
| 1940 | 26,7 (130) | 53,1 (116) | 33,7 (104) | 13,8 (246) |
| 1950 | 29,7 (144) | 53,6 (117) | 35,5 (109) | 21,6 (386) |
| 1960 | 35,7 (173) | 42,9 (94) | 38,7 (119) | 30,6 (546) |
| 1970 | 41,6 (202) | 50,9 (111) | 39,5 (122) | 39,5 (705) |

USA - Fonte: DUNLOP, GALERSON (1985, p. 27)

Não é só a família que restringe a atuação das mulheres. Os empreendedores capitalistas, por seu turno, seguindo ainda o enfoque do século anterior, continuaram colocando diversos tipos de restrições à força-de-trabalho feminina, como por exemplo, a sua distribuição pelos diversos ramos da economia.

[...] as mulheres continuaram confinadas a umas quantas indústrias manufatureiras. Em 1930, um pouco mais de metade de todo o emprego industrial feminino estava concentrado ainda nas indústrias de confecção, e as mulheres, todavia, não tinham acesso a muitos outros importantes setores industriais. (GORDON, EDWARDS, REICH, 1986, p. 197)

Depois da Segunda Guerra; até aproximadamente 1970, o capitalismo teve um notável período de desenvolvimento.

A segmentação da classe trabalhadora, que teve início no período anteriormente considerado, com a organização da fábrica em setores intelectuais e manuais, bem como o notável crescimento do setor de serviços, seguiu desenvolvendo-se e contribuiu para a ampliação das classes médias.

A União Soviética, que atuara como a principal força na derrota do nazi-fascismo, aparecia para o mundo capitalista como um adversário temível no campo social, político e ideológico. Os trabalhadores pressionavam por melhores condições de vida. E, diante das circunstâncias, a burguesia foi compelida a dar mais atenção às questões sociais. Surge a *sociedade afluyente* nos EUA, e a *sociedade do bem estar social* na Europa. A proteção ao trabalho avançou sedimentando-se em legislação específica. Ampliaram-se significativamente os *direitos sociais* que implicavam o envolvimento público com a educação, saúde e seguridade social.

Em consequência desse conjunto de mudanças, modificou-se substancialmente a situação da mulher no mercado de trabalho.

A partir de 1950, como se pode observar na Tabela 2, o contingente de mulheres casadas que afluíram ao mercado de trabalho apresentou uma elevação expressiva. Par e passo com esse movimento, aumentou o contingente de mulheres que passaram a trabalhar fora de casa, notadamente nos setores administrativos e de serviços.

[...] à medida em que a demanda de trabalhadores prosseguia seu vertiginoso aumento, as empresas recorreram às mulheres para cobrir esse tipo de posto de trabalho [...]. A participação feminina no emprego administrativo ascendeu de 47 por 100 a 75 por 100 durante esses anos. (GORDON, EDWARDS, REICH, 1986, p. 262)

As alterações do mercado de trabalho, no período, muitas das quais positivas para os trabalhadores em geral, não resultaram para as mulheres igualdade de condições com os homens, mas, sim, novas formas de diferenciação.

[...] mais importante que essas tendências quantitativas foi a sistemática segregação feita pelas empresas entre homens e mulheres nas ocupações de **colarinho branco**. [...] os padrões reconhecem que a segmentação desse tipo de trabalho poderia ser facilitada se as mulheres fossem destinadas aos níveis inferiores das ocupações nos escritórios.

[...] o número de postos de trabalho relacionados com os serviços cresceu de forma extraordinariamente rápida. [...] Em 1920, eram aproximadamente 800.000 as mulheres que trabalhavam como professoras ou enfermeiras diplomadas [...] Em 1970, o número de técnicas sanitárias havia aumentado até a cifra de quase seis milhões.

Embora muitas mulheres se tivessem beneficiado desta maior oferta de empregos no setor serviços para implementar suas oportunidades no campo profissional e técnico, elas ficaram limitadas, tal como havia ocorrido no setor administrativo, a um limitado leque de opções de trabalho. Por exemplo, foram poucas as que tiveram acesso ao âmbito educativo de nível superior. (GORDON, EDWARDS, REICH, 1986, p. 262-3, grifo dos autores)

A situação é mais grave no que diz respeito ao padrão de remuneração feminino, uma vez que ele seguiu aproximadamente com o mesmo perfil que existira no período anterior.

Os dados dos censos do período de 1939 a 1966 indicam que não houve uma melhoria geral na posição da mulher. De fato, é possível até que tenha piorado a situação, como parecem sugerir os dados da Tabela 3.

TABELA 3- Média das remunerações dos trabalhadores dos dois sexos, 1939-1966.

| Setor/ou ocupação | Retribuições da mulher em porcentagens relativas às do homem | | Porcentagem de câmbio |
|---------------------------|--|-------|-----------------------|
| | 1939 | 1966 | |
| | 1939 | 1966 | 1939-1966 |
| Indústria | 61,4 | 55,96 | -5,44 |
| Transporte e comunicações | 70,2 | 64,3 | -5,90 |
| Comércio atacadista | 67,4 | 58,17 | -9,23 |
| Comércio varejista | 63,6 | 53,90 | -9,70 |
| Serviços pessoais | 41,5 | 42,72 | +1,22 |
| Serviços profissionais | 74,0 | 67,24 | -6,76 |
| Administração pública | 72,7 | 73,11 | +0,41 |

EUA - Fonte: DUNLOP, GALERSON (1985, p. 84).

No período pós-guerra, não obstante a prosperidade capitalista, o contingente profissional feminino não conseguiu avançar em direção aos patamares do masculino. No entanto, o aumento do contingente feminino no mercado de trabalho segmentado, o afluxo muito maior de mulheres casadas ao mercado, a abertura do setor administrativo e de serviços e o aumento dos níveis educacionais dessa população no período, constitui-se em indicadores de que essas mudanças assinalavam um crescente inconformismo da população feminina perante o seu *status* de subordinação, tanto no campo profissional quanto em geral.

No Brasil o mercado de trabalho assalariado desenvolveu-se tardiamente, depois de 1888, com a libertação dos escravos. Expande-se significativamente depois de 1930 com a política de industrialização por substituição de importações e configura-se no campo, depois de 1950, com a generalização dos trabalhadores rurais que ficaram conhecidos como bóias-frias.

Na década de 70, 27% da força de trabalho brasileira era composta por mulheres. Em 1980, essa porcentagem elevou-se para 35% e, em 1997, chegou a 40,4%. (IBGE, PNAD, 1997)

A expansão da participação no mercado de trabalho não foi, entretanto, acompanhada da diversidade de oportunidades profissionais. Mais da metade das mulheres economicamente ativas encontram-se ocupadas no setor de serviços, notadamente nos setores de saúde e educação. (IBGE, 1996).

Na indústria brasileira a mulher recebe em média 56% dos salários pagos aos homens que exercem a mesma função. No setor de serviços, no qual a mulher é maioria, o salário dos homens também é mais alto, ainda que em menor proporção. As mulheres percebem 70% dos salários pagos aos homens. (I SEMINÁRIO NACIONAL MULHER, CIDADANIA, TRABALHO E RENDA, 1999, p.9).

Quanto ao *status* funcional, um levantamento realizado em 1999, pelo extinto Ministério da Administração e Reforma do Estado, apurou que as mulheres, que perfazem 42% dos servidores públicos, estão sub-representadas nos cargos superiores e com responsabilidades decisórias, em especial nas gerências. Nesse setor, as mulheres ocupam apenas 8% dos postos mais altos. (FERREIRA, 1999, p. 33).

A desigualdade apresenta-se também com relação ao salário quando se consideram os níveis de escolaridade. Na indústria de transformação, por exemplo, a média de remuneração para o homem com menos de sete anos de escolaridade é de 4,6 salários mínimos, enquanto a da mulher é de 2,7. Só com 11 anos de estudo ela consegue atingir remuneração similar, ou seja, 4,8 salários mínimos. E quanto mais aumenta o grau de escolaridade maior é a disparidade salarial. Com nível superior completo, a média masculina é de 24,4 salários mínimos, enquanto que a feminina é de 14,1 salários mínimos.

A SITUAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCACIONAL DA MULHER NA AUTOGESTÃO

Neste item pretendemos caracterizar, de forma breve, as empresas e cooperativas de autogestão e discutir a situação profissional e educacional da mulher a partir das relações de trabalho que se desenvolvem nesses empreendimentos.

Nas EAs a propriedade pertence ao coletivo de trabalhadores, de tal modo que os associados ou cooperados são ao mesmo tempo trabalhadores e proprietários. O trabalho assalariado não existe ou é apenas supletivo e residual.

Em princípio, o poder é exercido pelo conjunto de associados por meio de assembléias gerais, comissões, eleições de dirigentes e outros mecanismos que visam assegurar a participação política de todos. Esses dispositivos constitucionais engendram relações de trabalho totalmente diferentes das que existem na empresa capitalista, na qual o assalariado não tem poder.

Essas relações de trabalho diferenciadas tendem por si mesmas a alterar as relações profissionais e educacionais tradicionalmente existentes entre homens e mulheres em sentido favorável a estas últimas. Contudo, é preciso considerar que esses empreendimentos encontram-se imersos na cultura predominante que é machista e capitalista. Portanto, uma grande parte das determinações sociais inclusivas seguem presentes no *habitus* desses coletivos de trabalhadores.

De acordo com declarações de dirigentes e associados, não há nas organizações pesquisadas discriminações em relação às mulheres. No

⁹ Para maiores informações acerca dessas organizações, consultar VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Trabalho associado* - Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro:DP&A, 2001.

entanto, a observação e análise dos dados disponíveis mostram que isso não corresponde à realidade, e que pelo menos uma parte da ideologia machista continua passando as relações existentes.

Um marco de diferenciação profissional entre os gêneros encontra-se na distribuição do contingente de trabalhadores pelos diversos ramos da economia. Verificamos que as mulheres encontram-se concentradas naqueles ramos tradicionalmente vistos como femininos, tais como confecção, têxtil e preparação de alimentos. Em outros ramos, como por exemplo, metal-mecânica, mineração e outros a participação das mulheres ou é muito pequena ou inexistente. Essa distribuição coincide, portanto, com a tendência histórica observada no mercado de trabalho.¹⁰

Como a maioria das EAs foi formada a partir de empresas capitalistas falidas ou em sérias dificuldades econômicas, essa distribuição deve ser considerada como decorrente dessa origem. No entanto, os associados de ambos os gêneros justificam essa divisão do trabalho entre homens e mulheres de acordo com a ideologia tradicional patriarcal dominante.

Em resposta à questão de por que há mais pessoas de um gênero do que do outro na empresa, obtivemos respostas como as que seguem:

Por que só uma mulher associada? É por causa do serviço. É complicado. Funilaria, etc. É mais para homem porque é serviço pesado. São coisas pesadas que a mulher não consegue fazer.¹¹

O contingente de homens é maior porque o trabalho é pesado.¹²

Por causa do setor, fornos, fundição, usinagem, etc. O serviço é pesado. A admissão de homens é automática.¹³

Tem bastante costura e tem mais mulher por ela ser mais caprichosa.¹⁴

O trabalho é artesanal e delicado. A mulher tem mais detalhe, tem fitinhas,¹⁵ etc. O homem é mais grosseiro, serve para serviço mais pesado.

Tem mais mulher pelo setor de costura. Porque é difícil o homem costurar. Na montagem tem mais homem.¹⁶

Aqui só tem um homem, o padeiro. O resto são mulheres. Cozinha.¹⁷

Um dos elementos fundamentais da ideologia da supremacia masculina repousa na idéia de que a fisiologia e o metabolismo psicobiológico da mulher fazem dela um membro da força-de-trabalho com menor capacidade física.

Desse modo, a divisão do trabalho entre os gêneros, através da história, tem sido justificada em nome dessa inferioridade física da mulher.

Mesmo autores socialistas como Marx, Engels, Simone de Beauvoir, entre outros, acabam trabalhando com essa formulação, embora eles entendam que a confirmação e a continuação da opressão da mulher estão essencialmente ligadas ao advento da propriedade privada dos meios de produção.

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. (MARX, 1982, p.449-50).

Porém, devemos observar que a pressuposta fragilidade física da mulher jamais a impediu de trabalhar, além de criar os filhos. Nas sociedades primitiva, antiga, oriental, medieval e capitalista o volume de trabalho realizado pelas mulheres tem sido imenso. Somente sua forma pode estar em questão. O trabalho doméstico, até os dias de hoje, é enorme se avaliado quantitativamente em termos de trabalho produtivo.¹⁸ Em muitas sociedades agrárias, as mulheres têm trabalhado no campo tanto quanto os homens, ou ainda mais.

¹⁰ Entrevista com dirigente, do sexo feminino, da Renascer - Cooperativa de Calçados, realizada em 2002.

¹¹ Entrevista com dirigente, do sexo feminino, da Cooperativa Restaurante Armazém Teia Ecológica, realizada em 2002.

¹² É comum a disseminação da idéia de que o trabalho doméstico, embora consumindo muito tempo, é leve e relativamente agradável. Aqui, em primeiro lugar, deixa-se de lado a rotina nula e degradante que ele encerra. Lenin escreveu que "A mulher continua sendo escrava do lar, apesar de todas as leis libertadoras, porque está debilitada, oprimida, embrutecida, humilhada pelas pequenas tarefas domésticas que a convertem em cozinheira e cuidadora de crianças, que desperdiçam sua atividade em um trabalho absurdamente improdutivo, mesquinho, enervante, embrutecedor e fastidioso." (1980, p. 66) "Vocês todos sabem que ainda com a plena igualdade de direitos, subsiste ainda de fato esta situação de sufoco no qual vive a mulher, pois é sobre ela que recaem todos os afazeres domésticos que são, na maioria dos casos, os mais improdutivos, os mais bárbaros e mais penosos. Este trabalho é extremamente mesquinho e não contém nada que contribua de alguma maneira ao progresso da mulher." (LENIN, 1980, p. 71) Na década de 60, calculou-se na Suécia que 2.340 milhões de horas por ano eram gastas pelas mulheres no trabalho doméstico, comparadas com 1.290 milhões de horas na indústria. (MITCHELL, 1967, p.14)

Em muitas zonas da África tropical, os homens são freqüentemente ociosos, enquanto as mulheres são forçadas a trabalhar o dia inteiro. Essa exploração não tem qualquer origem natural. Nas sociedades camponesas contemporâneas da África as mulheres podem realizar o serviço pesado não por temor à represália física por parte dos homens, mas porque seus serviços são habituais e construídos dentro de estruturas sociais.¹⁹

Assim, tudo indica que, longe da fraqueza física da mulher afastá-la do trabalho, é sua fraqueza social que a torna uma escrava dele.

Portanto, parece-nos que a tese da incapacidade física da mulher para o trabalho é agora, como foi no passado, uma justificação ideológica para relegá-la a um *status* inferior na sociedade. Com efeito, pesquisas mais recentes sobre a questão de gênero indicam que as origens históricas da subordinação da mulher não contemplam a superioridade da força física do homem como um fator explicativo importante.²⁰

Quanto aos cargos diretivos, observamos que há uma predominância masculina nos cargos de direção e de responsabilidade, mesmo naquelas EAs onde há um número bem maior de associados do gênero feminino. Como na questão discutida anteriormente, esse fato parece estar ligado à época em que as EAs ainda eram capitalistas e nas quais a supremacia masculina era institucionalizada. Porém, cabe destacar que nas EAs os associados têm poder para eleger e indicar os dirigentes, há liberdade de discussão, de expressão e de reunião e, embora contraditoriamente, a configuração objetiva e jurídica das relações de trabalho gera um impulso para a solidariedade, igualdade e equidade. Ainda que, objetivamente, nada há que impeça as mulheres de terem um posicionamento mais independente e autônomo, elas continuam, em geral, reproduzindo o comportamento de subordinação em relação aos homens.

Embora, como vimos, a ideologia predominante na sociedade transfixe as relações e mentalidade dos associados, há também vários elementos inovadores do ponto de vista da temática em questão. Iremos nos ater aqui aos que consideramos mais relevantes, quais sejam: a) ambiente mais igualitário; b) remuneração igual para homens e mulheres; c) maiores oportunidades de acesso para as mulheres a funções de responsabilidade e cargos de direção; d) reeducação imanente às novas relações sociais.

Nas EAs o ambiente tipicamente burocrático é rompido. Cargos e funções diferenciados continuam existindo, porém eles não apresentam a mesma rigidez e signo hierárquicos de outras organizações. Dessa forma, os associados estabelecem relações mais próximas, menos formais, solidárias, enfim, mais democráticas. Esse fato leva a que as diferenças entre homens e mulheres sejam também relativizadas o que gera relações substancialmente mais igualitárias.

Um dos elementos que mais contribui para o ambiente social mais democrático é a igualdade de remuneração entre as pessoas. Homens e mulheres recebem exatamente os mesmos proventos pelo mesmo trabalho realizado e isso se verifica tanto nas retiradas mensais, quanto na divisão das sobras,²¹ que são as duas formas remuneratórias básicas. De fato, essa igualdade freqüentemente transcende as funções, pois em muitas empresas a remuneração dos associados é igual ou praticamente igual para todos, independente do tipo de trabalho realizado, do gênero ou da etnia de quem o realiza.

Uma terceira variável que impulsiona a igualdade em geral, assim como a igualdade entre homens e mulheres, diz respeito ao exercício do poder. Em princípio, o controle e a gestão do empreendimento pertencem a todos os trabalhadores, indistintamente. Na prática, a participação é diferenciada, mas, assim mesmo, propicia relações mais democráticas e igualitárias, o que permite às mulheres ascenderem a funções de responsabilidade e a cargos de direção em proporções maiores do que as usuais.

A inflexão relacional que acena com uma equalização do *status* profissional das mulheres nas EAs é, no entanto, de natureza diacrônica e prende-se a um processo de *reeducação* que se estende por anos.

As novas relações de trabalho engendradas nas EAs, efetivamente democráticas e ou com um grande potencial democrático, apresentam um *efeito educativo imanente*. Na medida em que essas relações vão sendo vivenciadas, os associados que, por sua origem são caudatários das categorias sociais inerentes ao assalariamento, vão redefinindo suas concepções, valores e práticas.

Dois casos paradigmáticos ilustram esse processo, os das cooperativas Coopervest e Cooperjeans, situadas respectivamente em Aracaju, Sergipe, e Avaré, São Paulo, e que são do ramo da confecção.

A Coopervest e a Cooperjeans,

[...] empresas nas quais a maioria dos associados é formada por mulheres, iniciaram as suas trajetórias governadas por homens eleitos por elas. Entretanto, posteriormente, movimentos advindos das bases formaram e elegeram novas diretorias encabeçadas por mulheres. (VIEITEZ, DAL RI, 2001, p. 127-8)

Esses movimentos representaram o descontentamento das bases com certos quadros que se perpetuavam no poder centralizando a tomada de decisões. Ao mesmo tempo, porém, são manifestações de coletividades majoritariamente constituídas por mulheres e que anteriormente haviam se submetido irrefletidamente à hegemonia masculina.

A partir desses eventos, as mulheres aí implicadas, a maioria das quais provieram das linhas de produção, em decorrência da nova posição

²¹ As retiradas são as remunerações percebidas pelos associados mensalmente. As sobras dizem respeito ao excedente econômico produzido pelas EAs que são ou reinvestidas na empresa ou divididas entre os associados.

¹⁹ Dumont, René. L'Afrique noire est mal partie apud Mitchell, 1967, p. 15.

²⁰ Pesquisas como as já citadas de Mendel e Vogt (1975) e de Godelier (1980).

ocupada na direção das empresas, passaram a ter possibilidades de vivenciar experiências que usualmente estavam reservadas aos homens, como freqüentar cursos de qualificação fora do estabelecimento, representar a empresa, participar de reuniões com empreendimentos congêneres em outros Estados e, em suma, adquirir os conhecimentos e a maturidade decorrentes do exercício da gestão.

CONCLUSÃO

As organizações autogeridas implementam em suas práticas significativos elementos de socialização e de democratização do poder, o que as situa como objetos de interesse para a práxis direcionada à emancipação das pessoas do jugo do capital.

Como deixamos indicado, o fenômeno da dominação é uma categoria que permeia as mais diversas instâncias da vida social, dentre as quais procuramos chamar a atenção para a dominação de gênero, cuja raiz, transcendendo o universo da política e das relações de produção, teria possivelmente seu *locus* primordial no processo de *reprodução social*, como foi sugerido tanto por certos autores quanto pelos aportes empíricos com os quais procuramos ilustrar o tema. Neste texto, porém, nos limitamos à questão da dominação de gênero no âmbito das relações de produção, tratando de assinalar a evolução e situação profissional da mulher na esfera da empresa tradicional, bem como na esfera da organização autogerida.

Partindo do suposto mais ou menos consensual de que as empresas de autogestão promovem a democratização das relações de trabalho, colocamo-nos as seguintes questões subjacentes: Tendo em vista que a ideologia machista parece encontrar-se profundamente arraigada na ideologia coletiva, ultrapassando o âmbito do mundo do trabalho, como fica a questão da discriminação da mulher nas empresas dos trabalhadores? A democratização das relações de trabalho seria eficaz a ponto de erradicar as seculares práticas de subordinação feminina, ou essas práticas conseguiriam reproduzir-se de alguma forma?

A análise da realidade autogestionária mostra que a ideologia patriarcal não se encontra suprimida nos empreendimentos autogestionários aí aparecendo sob diversas manifestações, algumas das quais a pesquisa pôde apreender. Isso é coerente com a situação socialmente excêntrica dessas organizações, com sua condição de propriedade privada dos meios de produção, com sua condição de produtores de mercadorias e, antes de tudo, com o fato de que seguem vivendo sob a hegemonia social, econômica, ideológica e cultural da burguesia.

Ao mesmo tempo, porém, constatou-se que substantivos elementos de igualdade política em geral, e de gênero em particular, são adotados nesses empreendimentos beneficiando a força-de-trabalho feminina, o que se torna mais claro quando se os compara com a sua situação no mercado

de trabalho assalariado. Esses elementos são os seguintes:

- 1) direitos juridicamente iguais aos dos homens no que diz respeito à sua condição de associadas;
- 2) igualdade quanto às remunerações percebidas por mesmo trabalho realizado e, inclusive, independentemente do tipo de trabalho realizado;
- 3) oportunidades expressivamente maiores do que as existentes nas empresas tradicionais para o exercício de funções de responsabilidade e cargos de direção;
- 4) subsistência de uma atmosfera de relações de trabalho que luta com os valores socialmente predominantes na medida em que se buscam valorizar a igualdade, a cooperação e a solidariedade entre os trabalhadores;
- 5) reeducação imanente derivada das práticas de relações de trabalho democráticas, as quais depois de um certo tempo manifestam-se em posturas e intervenções que revelam um crescimento da autonomia e da autoconfiança femininas.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. Work, gender and education in the self-managed organizations. *Educação em Revista* (Marília), n.3, p. 21-42, 2002.

ABSTRACT: this paper main purpose is to discuss woman's professional and educational situation within self-managed Companies. So we focused on woman's participation in formation and evolution of salaried work marked. Then, and in contrast to, we focused on her situation as worker participating in a workers' co-operative and self-managed Companies in order to show that those Companies hold elements capable of power democratization. Arising out of that class and professional situation, some educational actions have occurred in order to encourage/promote a movement towards woman's re-socialization, aiming at overcoming her traditional professional and social subordination. Data presented and discussed were gathered from empirical researches conducted in self-managed Companies located in several States of this country.

KEYWORDS: gender; self-managed; education; work.

REFERÊNCIAS

- BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- DUMAS, A. Natureza e prática das relações sexuais no velho testamento. *Paz e Terra*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 99 - 111, out., 1967.
- DUNLOP, J. T., GALENSON, W. *El trabajo en el siglo XX*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985.
- FERREIRA, M. C. M. Brasil, gênero e raça. In: 1o. Seminário Nacional Mulher, Cidadania, Trabalho e Renda. 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Social Democracia Sindical, 1999, p. 33-46.
- FUNDAÇÃO Sistema Estadual de Análise de Dados (Sead). *Mulher e trabalho*. São Paulo, n.7, mar., 2002.

GODELIER, M. As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, v. 26, p. 9-30, 1980.

GORDON, D. M., EDWARDS, R., REICH, M. *Trabajo segmentado, trabajadores divididos: la transformación histórica del trabajo en los Estados Unidos*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986.

GRUPPI, L. *O pensamento de Lenin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARDT, M. , NEGRI, A *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAZZARATO, M. , NEGRI, A *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LENIN, V. I. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

MARX, K. *O Capital*. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982. livro 1, v. 1.

MARX, K. Manifiesto del Consejo General de la Asociación Internacional de los Trabajadores sobre la Guerra Civil en Francia en 1871. In: MARX, K., ENGELS, F., LENIN, V. *La Comuna de París*. Madrid: Revolucion, 1980.

MENDEL, G., VOGT, C. *El manifiesto de la educación*. Madrid: Siglo veintiuno, 1975.

MICHEL, A. *O feminismo, uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MITCHELL, J. Mulheres: a revolução mais longa. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, ano III, n. 14, jun., p. 5-41, 1967.

SEMINÁRIO NACIONAL MULHER, CIDADANIA, TRABALHO E RENDA, I, 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Social Democracia Sindical, 1999. 86 p.

TOSI, L. A ciência & a mulher. *Ciência Hoje*, v. 13, n. 75, ago., p. 27-32, 1991.

VASINA, L.; VASIN, Y. U. *Acerca de la obra de C. Marx "Crítica del Programa de Gotha"*. Moscú: Progreso, 1988..

VIEITEZ, C. G. , DAL RI, N. M. *Trabalho associado. Cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.